

Trabalho



MANIFESTAÇÕES

Centrais promovem atos nos Estados para o dia 2

Foto: Jaécio Santana



Trabalhadores nas ruas em vários Estados do País pela revogação das MPs 664 e 665, que reduzem direitos

OPINIÃO

Miguel Torres
Presidente da Força Sindical



Chega de juros, queremos desenvolvimento!

Nos próximos dias 3 e 4 de março a equipe econômica do governo estará, mais uma vez, reunida para anunciar a nova taxa Selic. E as previsões não são nada boas para a classe trabalhadora, para o setor produtivo e para a economia como um todo, pois os tecnocratas do Copom devem aumentá-la ou, na melhor das hipóteses, mantê-la no patamar de 12,25% ao ano.

A Força Sindical e as demais Centrais sempre questionaram a postura do governo de, para conter a inflação, persistir na sua política equivocada de manter os juros em patamares estratosféricos.

Acreditamos firmemente que apenas a execução de uma política econômica eficaz, intensos investimentos no setor produtivo nacional, a viabilização de um projeto efetivo de desenvolvimento para o País, que se reflitam em benesses para a classe trabalhadora, e, claro, juros em níveis mais amenos, podem fazer com que o Brasil retome o caminho do crescimento econômico e social.

Não será sufocando a produção e o consumo, inibindo a geração de postos de trabalho, aumentando taxas e reduzindo direitos trabalhistas e previdenciários que nossa economia, já enferma, será restaurada. Os juros, como estão, além de não contribuírem em nada para alavancar o quadro econômico, já comprometem as campanhas salariais das categorias com datas-base no 1º semestre. Este ano será, definitivamente, um ano de muita luta!

“Vamos mobilizar os trabalhadores em defesa dos direitos e do emprego”

As Centrais Sindicais farão, no dia 2, manifestações em frente às Superintendências Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em defesa dos direitos e do emprego. Os atos visam mobilizar os trabalhadores nos Estados e esclarecer a sociedade sobre os efeitos desastrosos das Medidas Provisórias n°s 664 e 665 na vida dos trabalhadores. “É fundamental explicarmos para a sociedade que o governo quer jogar nas

costas do trabalhador a conta dos ajustes que serão feitos na tentativa de resolver os problemas econômicos que o País atravessa. Não aceitamos ser considerados responsáveis por uma crise que não geramos”, declara Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

“Queremos chamar a atenção da sociedade e mostrar que, a partir do dia 2, começa a vigorar a legislação que prejudica trabalhadores desempregados. É também uma maneira de chamar a atenção do governo para esse prejuízo”, lembra João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força Sindical.

No último dia 10, as Centrais se reuniram com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, reivindicando a revogação das MPs, que

alteram regras para a concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, pensão por morte e seguro-desemprego.

No dia 18 de março o movimento sindical fará uma mobilização em Brasília, no Congresso Nacional. Juruna lembra que a 9ª Marcha da Classe Trabalhadora, que estava prevista para o próximo dia 26, foi cancelada. Segundo o sindicalista, o protesto deve ser remarcado para 9 de abril. “Vamos continuar acompanhando, atentos, a tramitação das medidas no Congresso, além de outros projetos, como o PL n° 4.330, sobre terceirização, que acaba de ser desarquivado, e manter a unidade de ação do movimento sindical”, destaca o secretário-geral da Central.

SEGURANÇA E SAÚDE

Os impactos das MPs na Saúde do Trabalhador

As Centrais Sindicais realizarão, no dia 6, o Fórum Nacional de Saúde do Trabalhador, no auditório do Dieese, às 9:30 horas, para debater os impactos sociais e econômicos das MPs 664 e 665 na perspectiva do sistema de Seguridade Social e dos Direitos Trabalhistas e Previdenciários, além da precarização dos direitos dos trabalhadores a partir das mudanças nas perícias médicas, pensões e demais benefícios.

“Queremos ouvir o governo sobre as mudanças previstas nas MPs e nos ajustes que devem ser feitos na área

de Saúde e Segurança. Se o governo fizer a sua parte, como cobrar das empresas o que elas devem por causa das ações regressivas que sofreram, consegue boa parte dos recursos”, diz Arnaldo Gonçalves, secretário de Segurança e Saúde no Trabalho da Força Sindical e coordenador em exercício do Fórum Nacional de Saúde do Trabalhador das Centrais.

Entre os debatedores estarão juristas e profissionais da Saúde do Trabalhador. Segundo Gonçalves, a meta do



Foto: Reprodução

Dirigentes e profissionais da Saúde do Trabalhador participarão do Fórum

governo é arrecadar R\$ 66 bilhões para atingir o superávit nas contas públicas, incluindo Estados e municípios. “E não adianta cortar recursos desta área porque estudos de 2012 já mostravam que o País, à época, já gastava R\$ 71 bilhões com acidentes e doenças do Trabalho”.

NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

fsindical.org.br facebook.com/CentralSindical

imprensa@fsindical.org.br flickr.com/photos/forca_sindical

twitter.com/centralsindical youtube.com/user/centralsindical

SINDICALIZE-SE

PARTICIPE DO SEU SINDICATO!